



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a **contratação de empresa especializada no fornecimento de tampões e grelhas**, visando atender às demandas da Secretaria de Serviços Públicos (SESP), conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação será realizada por meio da modalidade de licitação **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento de **menor preço por item**, utilizando o Sistema de **Registro de Preços**, em conformidade com o art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O serviço pretendido é classificado como comum, conforme fundamentação apresentada no Estudo Técnico Preliminar, possibilitando a definição objetiva de suas especificações e garantindo maior competitividade e eficiência na contratação.

2. DO ÓRGÃO SOLICITANTE:

2.1. Trata-se de uma solicitação da Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Cabo Frio/RJ

3. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A presente contratação visa a **contratação de empresa especializada no fornecimento de tampões e grelhas** para atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Cabo Frio/RJ, sendo estes itens essenciais para a manutenção da infraestrutura urbana, especialmente no que tange às redes de drenagem, galerias pluviais e bocas de lobo.

3.2. A Secretaria exerce papel estratégico na conservação dos espaços públicos, sendo responsável pela manutenção das vias, redes de drenagem e demais estruturas urbanas. Para garantir a execução eficiente dessas atribuições, é imprescindível contar com materiais adequados e resistentes, de modo a assegurar a proteção das estruturas subterrâneas e a segurança dos transeuntes. Os tampões e grelhas cumprem função essencial ao evitar acidentes, alagamentos, entupimentos e danos ao patrimônio público cabofriense.



3.3. A necessidade desta contratação fundamenta-se na obrigação do município de zelar pelo patrimônio público e garantir a prestação eficiente e contínua dos serviços públicos à população, conforme dispõe os arts. 23, I, 30 e 37 da Constituição Federal. A disponibilização do material objeto da contratação permite intervenções ágeis, eficazes e menos invasivas, assegurando a retomada rápida do pleno funcionamento das redes urbanas. A utilização de tampões e grelhas de qualidade assegura maior durabilidade, resistência mecânica, segurança, em consonância com as normas técnicas e ambientais vigentes.

3.4. Ressalta-se que a aquisição dos itens é mais vantajosa do que a manutenção emergencial ou substituições isoladas e não padronizadas, pois permite planejamento prévio, padronização dos materiais utilizados e economia de recursos públicos a médio e longo prazo. Além disso, possibilita respostas mais céleres em situações emergenciais e manutenção preventiva, evitando prejuízos à população e à Administração Pública.

3.5. Em relação ao Plano de Contratações Anual, este encontra-se publicado e os itens referentes a esta contratação estão presentes no item 71 do PCA.

3.6. Dessa forma, a presente contratação atende aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo essencial para assegurar a adequada infraestrutura urbana, viabilizando a atuação contínua e planejada da Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Cabo Frio. A aquisição de tampões e grelhas representa uma solução técnica eficiente e sustentável, contribuindo diretamente para a melhoria dos serviços prestados, para a segurança dos munícipes, prevenção de danos e atendimento ao interesse público.

4. DA SOLUÇÃO:

4.1. A solução proposta que apresentou maior vantajosidade consiste na **contratação de empresa especializada no fornecimento de tampões e grelhas** para atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Cabo Frio/RJ, sendo estes itens essenciais para a manutenção da infraestrutura urbana, especialmente no que tange às redes de drenagem, galerias pluviais e bocas de lobo.

4.2. A contratação será realizada por meio da modalidade de licitação **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento de **menor preço por item**, utilizando o Sistema de **Registro de Preços**, em conformidade com o art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021. Tendo em



vista que a realização do pregão eletrônico permite maior competitividade entre os fornecedores, promove ampla participação, transparência e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, além de assegurar eficiência na gestão dos recursos públicos e flexibilidade para atender especificidades da SESP.

4.3. A escolha por tampões e grelhas em ferro fundido fundamenta-se em aspectos técnicos, econômicos e operacionais que visam garantir maior durabilidade e resistência dos equipamentos utilizados na infraestrutura urbana cabofriense. A utilização desses materiais é imprescindível para assegurar o perfeito encaixe nas estruturas existentes, facilitar a substituição e reduzir os custos de manutenção preventiva e corretiva.

4.4. Entre as principais vantagens do uso de tampões e grelhas articulados em ferro fundido, destacam-se:

4.5. Compatibilidade com as medidas já instaladas no município, possibilitando substituição imediata sem adaptações complexas;

4.6. Facilidade de manuseio e instalação, tornando o processo mais ágil e reduzindo custos operacionais;

4.7. Alta resistência a cargas pesadas, impactos, variações climáticas e à pressão do solo, garantindo maior durabilidade e segurança às estruturas públicas;

4.8. Melhoria no fluxo hidráulico e na preservação da drenagem urbana, evitando entupimentos e alagamentos.

4.9. Além das características técnicas, o contrato deverá incluir obrigações relativas à substituição de peças com defeito, garantia mínima de qualidade, assistência técnica e fornecimento regular, de forma a assegurar que o Município tenha plena capacidade de manter suas redes de drenagem em condições adequadas. Esse requisito busca evitar atrasos nas manutenções, reduzir custos futuros e assegurar a continuidade do serviço público.

4.10. Portanto, a SESP atesta que a utilização de tampões e grelhas articuláveis em ferro fundido é a solução mais confiável e eficaz para garantir a manutenção adequada da infraestrutura urbana e a preservação da segurança dos cidadãos. A opção pela realização de Pregão Eletrônico garante ainda maior competitividade entre fornecedores, transparência dos atos administrativos e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, alinhando-se ao princípio da economicidade e ao interesse público.



5. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

5.1. A presente contratação visa a **contratação de empresa especializada no fornecimento de tampões e grelhas** para atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Cabo Frio/RJ, sendo estes itens essenciais para a manutenção da infraestrutura urbana, especialmente no que tange às redes de drenagem, galerias pluviais e bocas de lobo. Essa contratação será realizada por meio da modalidade licitatória **Pregão Eletrônico**, adotando o critério de julgamento de **menor preço por item** e utilizando o Sistema de **Registro de Preços**.

5.2. A escolha do **pregão** está fundamentada no art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021, no qual classifica esse serviço como comum, ou seja, cuja especificação e padrão de desempenho pode ser definido de forma objetiva, possibilitando maior competitividade e facilitando a contratação pelo Poder Público. A utilização do pregão eletrônico favorece a ampla participação de fornecedores, garantindo maior transparência, eficiência na aplicação dos recursos públicos e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Além disso, o Sistema de Registro de Preços proporciona flexibilidade na locação dos itens conforme a demanda da Secretaria, otimizando a gestão e o planejamento logístico.

5.3. Em relação ao **Sistema de Registro de Preços (SRP)** este possui previsão no art. 78, IV da Lei 14133/21 e apresenta vantagens significativas no presente contexto, como a possibilidade de economia de escala, permitindo que diversos órgãos e entidades adquiram os produtos ou serviços em conjunto, para um prazo de até 12 (doze) meses. Além disso, a Administração só realizará a compra quando a necessidade efetiva surgir, proporcionando maior flexibilidade orçamentária, já que o valor só é desembolsado no momento da contratação. O SRP também otimiza a logística e permite atendimento célere de demandas imprevistas, uma vez que os preços dos itens já estarão previamente registrados, facilitando o processo de locação e garantindo a continuidade dos serviços públicos essenciais.

6. DO MEMORIAL DESCRITIVO:

6.1. As especificações e quantitativos estão descritas em quadro constante no **ANEXO I** deste Termo de Referência.

7. DO VALOR E PROPOSTA:



7.1. O custo estimado total da contratação será apurado posteriormente, com base nos custos resultantes da **Pesquisa de Preços** que será acostada ao presente processo.

7.2. A proposta deverá ser digitada, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e deverá conter os seguintes elementos:

7.2.1. Indicar CNPJ, e-mail, endereço e telefone de contato;

7.2.2. especificação do item com preço unitário e total expressos em moeda corrente nacional em algarismos e por extenso, relativo ao item cotado, já inclusa todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.3. Declarar expressamente a concordância com as condições constantes no Termo de Referência, e do Edital.

8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. A proposta da CONTRATADA deverá atender integralmente as especificações contidas neste Termo de Referência.

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **pregão**, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item** e sistema de **registro de preços**.

8.3. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), de acordo com o disposto no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 2006 (atualizada pela LC n. 147/2014), de maneira que seja destinado exclusivamente à participação de microempresa e empresas de pequeno porte os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

8.4. Entretanto, tendo em vista o que estabelece os arts. 47 a 49 da referida Lei, os itens cotados acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) terão percentual destinado de até 25% (vinte e cinco por cento), para a participação de ME e/ou EPP's.

8.5. A exclusividade da participação de microempresa e empresas de pequeno porte poderá ser justificadamente excepcionada de acordo com o Art. 47, da Lei Complementar 123/2006, quando:



- 8.5.1.** Não houver o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- 8.5.2.** O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente.
- 8.6.** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a)** SICAF;
 - b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
 - c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.
- 8.7.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.8.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.9.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.10.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.11.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.12.** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.13.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



8.14. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.15. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.16. Da Habilitação Jurídica:

8.16.1. Cédula de Identidade do responsável Legal.

8.16.2. Conforme o tipo societário serão exigidos os itens na seguinte forma:

8.16.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

8.16.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; ou

8.16.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como **empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

8.16.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.16.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de **empresa ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País**, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



8.16.3. Prova de registro, arquivamento ou inscrição na Junta Comercial, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em repartições competentes, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como da ata de eleição do termo de investidura dos representantes legais da pessoa jurídica.

8.16.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.17. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

8.17.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

8.17.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.17.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

8.17.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

8.17.6. Certidão de Regularidade da **Fazenda Municipal**, da sede do proponente;

8.17.7. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual ou Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.



8.18. Da Qualificação Econômico-Financeira:

8.18.1. Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Cabo Frio, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

8.18.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

8.19. Das Declarações:

8.19.1. Declaração de que não emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidores do Município de Cabo Frio/RJ, em cumprimento aos requisitos **do artigo 9º, §1º, da Lei nº 14.133/21**.

8.19.2. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal**.

8.19.3. Declaração de Cumprimento de Reserva de Cargos, na forma do **artigo 63, IV, da Lei nº 14.133/21**.

8.20. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Termo de Referência pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

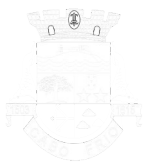
9. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO:

9.1. A licitação adotará o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.2. Homologada a licitação, será lavrado um documento vinculativo obrigacional com força de compromisso para futura locação denominado Ata de Registro de Preços – ARP.

9.3. A(s) Adjudicatária(s) terá(ão) até 05 (cinco) dias úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação.

9.4. A ARP terá validade e vigência por 01 (um) ano, contado a partir da publicação do seu resumo na Imprensa Oficial, prorrogável por igual período, desde que comprovado a vantajosidade dos valores a serem prorrogados, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 189, do Decreto Municipal 7074/23.



9.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

9.4.2. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.4.3. A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

9.5. A ARP durante a sua vigência e desde que já utilizada por algum dos participantes, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia e expressa anuência do órgão gerenciador, conforme Art. 197, do Decreto Municipal 7074/23.

9.6. Por se tratar de registro de preços, o quantitativo mínimo previsto para esta demanda deverá ser de **30% (trinta por cento)** para cada item.

9.6.1. Respeitando-se o arredondamento dos itens naturalmente indivisíveis, será considerado o arredondamento para cima nos casos aplicáveis.

9.7. Considerando o inc. IV do art. 82 da Lei nº 14.133/21, a Secretaria detentora da ARP não se opõe a licitante que ofertar a quantidade inferior ao máximo previsto na planilha contida neste Termo de Referência, desde que, haja outro(s) licitante(s) ofertando os demais quantitativos observados os mesmos padrões de qualidade, critérios e marcas a serem fornecidos, a fim de obter padronização no fornecimento do objeto.

9.8. No que tange ao inc. VIII do art. 82 da Lei nº 14.133/21 segue a integralidade da Lei.

9.9. A contratação firmada junto à Ata de Registro de Preços será efetivada mediante Termo de Contrato, ou instrumento hábil a substituí-lo, nas hipóteses do Art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

9.10. Será admitida adesão a Ata de Registro de Preços, observando-se o limite do § 5º do Art. 86 da Lei nº 14.133/21.

9.11. As aquisições/serviços mediante adesão a Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata, conforme definido no § 4º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021.



9.12. As aquisições/serviços mediante adesão não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10. DA EXECUÇÃO:

10.1. O fornecimento do objeto será **parcelado**, conforme informado pela CONTRATANTE.

10.2. A entrega dos materiais deverá ocorrer em até **05 (cinco) dias**, a contar da comunicação formal da CONTRATANTE, através da ordem de fornecimento / serviço, conforme solicitação da secretaria na qual estarão denotadas as quantidades e descrições dos produtos a serem entregues, o local e horário. Caso não haja o cumprimento, a mesma poderá sofrer as sanções administrativas descritas no Termo de Referência.

10.3. Os bens deverão ser entregues de acordo com endereços constantes nas Ordens de Fornecimento, de acordo com as Unidades solicitantes a saber:

- **Almoxarifado da Secretaria de Serviços Públicos, localizado na Rua Fagundes Varella, 166 – São Cristóvão – Cabo Frio/RJ**

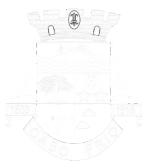
10.4. A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos materiais em dia útil da semana, durante o horário de **08:00 às 12:00h** e de **14:00h às 17:00h**, devendo esta entrega ser previamente programada junto a Unidade solicitante.

10.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de **05 (cinco) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **05 (cinco) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **08 (oito) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



10.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.10. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do objeto licitado deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

10.11. A empresa deverá cumprir na íntegra as especificações constantes no Termo de Referência bem como proposta anexada aos autos e cumprindo o prazo estabelecido, devendo garantir a entrega do objeto, com a qualidade técnica exigida para o caso em apreço.

10.12. No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente ao material solicitado, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura do responsável.

10.13. Toda logística para a entrega e eventual substituição dos materiais que integram o objeto da contratação no endereço informado, ficará integralmente por conta da CONTRATADA.

10.14. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

10.15. A empresa fornecedora deverá:

10.15.1. O produto fornecido deve estar em conformidade com as especificações do contrato, sem danos ou defeitos;

10.15.2. O produto deverá ser de primeira qualidade, em atendimento às especificações, e estar dentro dos padrões de aceitabilidade. Assim, os produtos devem possuir certificações que assegurem sua qualidade e segurança, preferencialmente certificado pelo INMETRO;

10.15.3. A contratada se responsabiliza por eventuais danos causados pelo objeto, seja durante o transporte, armazenamento ou entrega;

10.15.4. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer material, responderá a contratada por danos causados ao Município, oriundos da utilização de produtos em condições inadequadas;



- 10.15.5.** O objeto deve ser entregue de acordo com a descrição, garantindo que todas as especificações sejam atendidas;
- 10.15.6.** Os tampões e grelhas articulados de ferro fundido devem seguir as exigências da Norma ABNT NBR 10.160/2005 - Tampões e grelhas de ferro fundido dúctil — Requisitos e métodos de ensaios;
- 10.15.7.** Não serão aceitos produtos que não atendam as especificações acordadas, estejam sem a devida rotulagem conforme a legislação em vigor, ou que possuam marcas diferentes da indicada no termo de compromisso de fornecimento;
- 10.15.8.** Atendimento a todas as normas regulamentadoras brasileiras aplicáveis, bem como às especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- 10.15.9.** Cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas, evidenciando a regularidade jurídica e a idoneidade econômico-financeira da empresa contratada;
- 10.15.10.** Consonância com critérios de sustentabilidade: Garantindo que o processo de contratação respeite práticas ambientais responsáveis que estejam alinhadas com as políticas públicas de preservação ambiental e eficiência no uso de recursos;
- 10.15.11.** Incorporação de critérios de eficiência energética, redução de emissões de gases poluentes e conservação de recursos naturais;
- 10.15.12.** Preferência por produtos que possuam logística reversa implementada, facilitando a reciclagem ou o descarte ambientalmente adequado;
- 10.15.13.** Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), de acordo com o disposto no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 2006 (atualizada pela LC n. 147/2014), de maneira que seja destinado exclusivamente à participação de microempresa e empresas de pequeno porte os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- 10.15.14.** É expressamente vedada à contratada a subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial do objeto do contrato, assim como a participação em consórcio, tendo em vista que o objeto contratado possui natureza simples e de execução direta, não demandando a reunião de empresas para sua adequada realização;
- 10.15.15.** Garantia mínima oferecida pelo fabricante que assegure a substituição dos materiais com defeitos de fabricação;



10.15.16. Considerando a complexidade e o valor estimado da contratação, e visando assegurar a fidelidade da proposta durante o certame e a integral execução do objeto contratual, será exigida a prestação de garantias, conforme a seguir:

10.15.16.1. Garantia de Proposta (Pré-Habilitação): Será exigida, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, como requisito de pré-habilitação. O valor corresponderá a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, visando proteger a Administração Pública contra a recusa injustificada do licitante em assinar o contrato ou apresentar os documentos para a contratação. A validade da garantia não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias da data de abertura do certame e sua prestação se dará em uma das modalidades do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021 (Caução em dinheiro, Seguro-garantia ou Fiança bancária).

10.15.16.2. Garantia de Execução Contratual (Adimplemento): Será exigida da Contratada, previamente à assinatura do contrato, a prestação de garantia para fiel cumprimento das obrigações assumidas, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. A garantia tem como objetivo resguardar a Administração Pública contra prejuízos advindos de inadimplemento, atrasos, falhas ou inexecução total ou parcial do objeto. O percentual adotado será de 5% (cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, percentual que se mostra adequado e suficiente para cobrir os riscos inerentes à natureza do objeto, estando dentro do limite legal estabelecido pelo caput do dispositivo. Podendo Edital e o Termo de Referência definirão as modalidades aceitas.

11. DO PAGAMENTO:

11.1. Forma de Pagamento:

11.1.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

11.1.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.2. Prazo de Pagamento:

11.2.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal.



11.2.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

11.2.3. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos ao CONTRATADO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

11.3. Condições de Pagamento:

11.3.1. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

11.3.2. As Notas Fiscais devem ser discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestada por 02 (dois) servidores designados pelo setor competente, demonstrando que os bens foram entregues conforme pactuado, em nome da **Unidade demandante**.

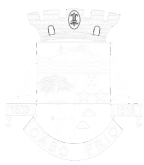
11.3.3. Quando houver glosa parcial do objeto, à CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita nota fiscal com o valor exato dimensionado.

11.3.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação não acarretando qualquer ônus para a contratante.

11.3.6. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.



11.3.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.3.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.3.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.3.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

11.3.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.4. Critérios de Reajuste:

11.4.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de 1 (um) ano.

11.4.2. Após o decurso desse prazo, admite-se o reajuste, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme o disposto no art. 92, §3º, da Lei 14.133/21.

11.4.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o índice **IPCA-E** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12. DA GESTÃO DO CONTRATO:



12.1. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano**, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos arts. 105 ao 114 da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber.

12.2. Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 124, da Lei nº 14.133/2021, aplicados no que couber à presente contratação.

12.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

12.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

12.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

12.5.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

12.5.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

12.6. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

12.7. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

12.8. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).



12.8.1. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

12.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

12.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

12.11. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12.12. Antes do pagamento da nota fiscal, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

12.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

13. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

13.1. A fiscalização da contratação decorrente do termo de referência caberá a servidor indicado em tempo hábil pela CONTRATANTE, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 6.941/2022.

13.2. A indicação dos servidores que serão fiscais da contratação pretendida, se encontra prevista no Documento de Formalização de Demanda (DFD), presente nos autos do referido processo.

13.3. São atividades inerentes à fiscalização do contrato:

13.3.1. Responder a eventuais esclarecimentos técnicos dos licitantes.

13.3.2. Após a conclusão da contratação, providenciar cópias e/ou anotações de todas as informações relevantes a respeito do Contrato, bem como de toda a documentação e legislação pertinentes.



13.3.3. Certificar-se de obter informações completas de contato sobre o preposto da empresa e seu substituto, assim como as tabelas de publicação vigentes nos respectivos periódicos e seus horários de fechamento para envio de publicações.

13.3.4. Manter livro ou registro onde anotarás todas as ocorrências relevantes referentes ao contrato, incluindo eventuais irregularidades.

13.3.5. Apresentar, quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual.

13.3.6. Notificar por escrito ao Gestor sobre quaisquer falhas ou atrasos na execução contratual, bem como qualquer descumprimento das obrigações estabelecidas (caso não consiga solucioná-las no contato com o preposto da CONTRATADA).

13.3.7. Atestar as Notas Fiscais emitidas pela CONTRATADA (verificando seu correto preenchimento), após o adimplemento da obrigação no período em referência.

13.4. Ficam reservados ao Gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE ou modificação da contratação.

13.5. As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Gestor, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

13.6. A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a CONTRATANTE ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Administração Pública dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.

14.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.



14.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

14.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

14.5. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

14.6. Aplicar a CONTRATADA as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

14.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

14.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

14.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

15.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

15.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

15.1.2. Comunicar a CONTRATANTE, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.



15.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte e no prazo fixado pelo contratante, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

15.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

15.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá enviar a contratante os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

15.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a CONTRATANTE.

15.1.7. Comunicar a CONTRATANTE, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

15.1.8. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

15.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

15.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de



fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE. Também deverá a CONTRATADA, atender os normativos, legais, infra legais ou técnicos que regem o objeto pretendido, sem prejuízo de outros.

16. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA:

16.1. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

16.1.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a vigência do contrato;

16.1.2. A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

16.1.3. A subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial do objeto do contrato;

16.1.4. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;

16.1.5. Caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.

16.1.6. A participação em consórcio, tendo em vista que o objeto contratado possui natureza simples e de execução direta, não demandando a reunião de empresas para sua adequada realização.

17. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

17.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidão ou atestado(s), por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

17.1.1. Será admitida apresentação de diferentes atestados executados de forma concomitante.

17.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



17.1.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

17.2. O fornecedor poderá ainda utilizar o disposto no artigo 124 do Decreto Municipal nº 7074/2023, para apresentar outras formas de comprovação.

18. DA GARANTIA DA PROPOSTA:

18.1. A finalidade da garantia de proposta, ou da caução de participação, é assegurar que os licitantes garantam suas propostas de preços durante o procedimento licitatório.

18.2. Será exigida a garantia da proposta de que tratam o art. 58 da Lei nº 14.133, de 2021:

“Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

§ 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

§ 2º A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

§ 3º Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

§ 4º A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei.”

18.3. Prestação de garantia de proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para execução dos serviços, art. 58 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser apresentada em uma das modalidades previstas no o art. 96 § 1º da Lei n.º 14.133/21:

- I. Caução em dinheiro;
- II. Seguro-garantia;
- III. Fiança bancária.

18.4. Os dados bancários para realização da garantia, na modalidade disposta no art. 96, §1º, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021, quais sejam:

Banco do Brasil



Agencia: 0150-3

Conta Corrente: 73.070-x

CNPJ: 28.549.483/0001-05

Titularidade: Prefeitura Municipal de Cabo Frio

18.5. A empresa licitante no ato do cadastramento de sua Proposta de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, deverá inserir a GARANTIA DE PROPOSTA junto aos documentos de habilitação para o presente objeto, conforme prevê art. 58 da Lei nº 14.133/2021 que estabelece nas licitações que envolvem o fornecimento de bens ou serviços, a possibilidade de exigência da garantia de proposta, que visa assegurar a manutenção das condições oferecidas pela licitante, protegendo a Administração Pública contra desistências e descumprimentos da proposta.

18.6. O LICITANTE que não apresentar a GARANTIA DE PROPOSTA nas condições estabelecidas neste instrumento e no EDITAL serão inabilitados e estarão impedidos de prosseguir na licitação.

18.7. O encaminhamento do certificado de garantia deverá ser anexado em campo específico disponível no sistema Licitanet, no qual deverá conter todas as informações da empresa, e do valor.

18.8. A garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da data de abertura do certame;

18.9. A comissão de Contratação da presente licitação não se responsabilizará por informações prestadas erroneamente pelos licitantes, enviadas para e-mail diferente do informado neste instrumento, assim como solicitações realizadas fora do prazo ou sem tempo hábil para análise e produção dos documentos necessários.

18.10. A Garantia será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

19. DA GARANTIA DO CONTRATO:

19.1. A finalidade da Garantia de Execução Contratual é assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada e garantir o ressarcimento à Administração Pública por eventuais prejuízos decorrentes da inexecução parcial ou total do objeto contratado, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.



19.2. Será exigida a prestação de Garantia de Execução Contratual, previamente à assinatura do Contrato, como requisito de sua eficácia e para assegurar a fiel execução do objeto, conforme previsto no art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021:

"Art. 96. Exigir-se-á prestação de garantia de execução contratual nas contratações de obras, serviços e fornecimentos."

19.3. A garantia do contrato não poderá ser superior a não excederá a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, acrescido de aditivos (art. 98 da Lei 14.133/2021).

19.4. Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados por meio de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de que trata o § 2º poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, acrescido de aditivos (art. 98 da Lei 14.133/2021).

19.5. Prestação de garantia do contrato no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado para a contratação, art. 98 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser apresentada em uma das modalidades previstas no o art. 96 § 1º da Lei n.º 14.133/21:

- I. Caução em dinheiro;
- II. Seguro-garantia;
- III. Fiança bancária.

19.6. Os dados bancários para realização da garantia, na modalidade disposta no art. 96, §1º, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021, quais sejam:

Banco do Brasil

Agencia: 0150-3

Conta Corrente: 73.070-x

CNPJ: 28.549.483/0001-05

Titularidade: Prefeitura Municipal de Cabo Frio

19.7. A Contratada deverá prestar a garantia no prazo de 10 (dez) dias úteis após a convocação para a assinatura e previamente à celebração do Contrato, sendo este requisito uma condição para a sua eficácia.

19.8. O comprovante de prestação da garantia deverá ser encaminhado ao setor de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal de Cabo Frio/RJ por meio do sistema eletrônico Licitanet, devendo a documentação anexada conter obrigatoriamente:

19.8.1. O valor, o percentual e a modalidade da garantia;

19.8.2. O número do Contrato/Processo a que se vincula; e



19.8.3. A validade, que deve cobrir o período da vigência contratual acrescida da margem de tempo de que trata o item seguinte.

19.9. A garantia terá validade durante toda a vigência do Contrato, acrescida de 3 (três) meses após o prazo final de vigência (ou prazo de recebimento definitivo).

19.10. Em caso de aditamento que implique aumento do valor contratual ou prorrogação do prazo de vigência, a garantia deverá ser reajustada e/ou renovada pela Contratada, sob pena de suspensão dos pagamentos.

19.11. O descumprimento do prazo para prestação da garantia implicará a não celebração do Contrato pela Contratada, sujeitando-a às penalidades previstas no Edital e na Lei nº 14.133/2021 (multas e impedimento de contratar), sem prejuízo da convocação dos licitantes remanescentes.

19.12. A garantia será liberada ou restituída à Contratada, corrigida monetariamente, após a integral execução do Contrato e a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Administração, desde que não haja pendências ou obrigações não cumpridas.

20. DA INVERSÃO DE FASES

20.1. A presente licitação adotará a inversão de fases, conforme o disposto no art. 17, §1º, da Lei 14.133/2021, de forma que a fase de habilitação precederá a da apresentação de propostas e lances e também do julgamento.

20.2. A opção por adotar a habilitação prévia fundamenta-se na necessidade de assegurar que apenas empresas comprovadamente aptas técnica e juridicamente participem da etapa de julgamento, considerando que o objeto, envolve materiais que exigem padrões rigorosos de qualidade, segurança e conformidade técnica, de modo a garantir a eficiência e a durabilidade das intervenções executadas pela Administração.

20.3. Tal procedimento proporciona maior segurança jurídica e técnica, evitando a análise de propostas apresentadas por empresas que não atendam aos requisitos de habilitação, além de contribuir para a celeridade, transparência e regularidade do certame.

20.4. O procedimento ora adotado atende aos princípios da legalidade, isonomia, eficiência, economicidade e transparência, previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo que a contratação assegure a aquisição de insumos de qualidade, dentro das normas técnicas aplicáveis e em consonância com o interesse público.



21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Conforme disposto no Decreto Municipal Nº 7074/23, art. 131 parágrafo único, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas todas as sanções cabíveis desde o art. 156 da Lei 14.133/21, subsidiariamente a todas as regras de sanção da Legislação vigente e conforme exposto abaixo:

21.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento de igual teor, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei).

21.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato ou instrumento de igual teor, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei).

21.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato ou



instrumento de igual teor, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

21.2.4. Multa:

- 1) moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2) compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

21.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou instrumento de igual teor, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

21.4. Todas as sanções previstas neste Contrato ou instrumento de igual teor, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

21.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, lei nº14.133/21).

21.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

21.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

21.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, lei nº14.133/21).

21.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, lei nº14.133/21).

21.9. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, lei nº14.133/21).

21.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

21.11. A inexecução do objeto deste TR, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão contratual, na forma dos arts. 137, 138, 139 e 155 da Lei 14.133/21, com as consequências previstas em lei e neste instrumento.

21.12. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21.13. A rescisão administrativa ou amigável será procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.

22. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Fiscal do Município.

22.2. Conforme Decreto Municipal Nº 7074/23, em seu art. 185, § 2º: “Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentaria ou qualquer outra informação da origem dos recursos orçamentários, que somente serão exigidos para formalização do contrato ou instrumento hábil”.

22.2.1. A princípio, conforme disposto no ETP, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

22.2.2. SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - Órgão 02 - Unidade 024 - Programa 15.452.0025.2091 - Elemento de Despesa 3.3.90.30.00.00 - Fonte 1501 - Ficha 2139.

23. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

23.1. Termo de Referência elaborado segundo o Documento de Formalização de Demanda e Estudo Técnico Preliminar presente nos autos do **Processo nº 43661/2025**.

Elaborador	Matrícula	Rubrica
<i>Yasmim Barbosa de Souza</i>	<i>240301320</i>	

24. DA AUTORIZAÇÃO:

24.1. Autorizo o prosseguimento com o presente Termo de Referência e a contratação do serviço requisitado, por constituir o seu objeto uma demanda Administração Pública e dada a legalidade do processo, conforme legislação vigente, bem como por ter cumprido os princípios da Administração Pública;

Cabo Frio, 17 de novembro de 2025.

Jefferson Vidal Pinheiro
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Portaria: nº 1637/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos – Estado do Rio de Janeiro

Secretaria Municipal de Serviços Públicos



Processo: 43661/2025

Página:

Rubrica:



ANEXO I - (MEMÓRIA DE CÁLCULO)

ITEM	UND	ID CAT MAT	DESCRIÇÃO APROXIMADA ou SIMILAR	QUANT. DIÁRIO MEMO 018/25	DIAS ÚTEIS MENSAL (22 DIAS/MÊS)	12 MESES	*10%	TOTAL
1	UND	431779	GRELHA BOCA DO LOBO DE FERRO FUNDIDO E ARTICULADA, MEDINDO 30 x 90cm.	3	66	792	79	871
2	UND	478105	TAMPÃO P.V CIRCULAR DN-600 - ARTICULADO E DE FERRO REFORÇADO	2	44	528	53	581

* Após análise dos quantitativos necessários para o período de 12 (doze) meses, acrescentamos
10% como variação para eventualidades no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços